

Entre o planejado e o vivido: aspectos da estrutura educacional formal da cidade de Cabo Frio e a experiência vivida pelos trabalhadores da cadeia produtiva do sal como elementos de reflexão sobre os desafios do ensino da História Regional hoje

Between what was Planned and what was Experienced: The Development of the Formal Educational Structure of the City of Cabo Frio and the Experience lived by Workers in the Salt Production Chain as Elements of Reflection on the Challenges of Teaching Regional History Today

João Henrique Christovão*

RESUMO

Este artigo analisa a estruturação do sistema educacional formal da cidade de Cabo Frio ao longo do século XX com ênfase no período compreendido entre as décadas de 1950 e 1970 quando foram implantadas duas propostas educacionais novas na cidade: as Escolas Praianas, implantadas pelo governo Amaral Peixoto, e a Escola 20 de Julho implantada pela Alcalis no início da década de 1960. Esse período coincide com o aumento de produtividade das salinas, o “boom salineiro” e com o momento de maior organização por parte dos trabalhadores da cadeia produtiva do sal que lutavam por seus direitos, inclusive o acesso ao ensino formal. A experiência vivida por aqueles trabalhado-

ABSTRACT

This article analyzes the structuring of the formal educational system in the city of Cabo Frio throughout the 20th century with emphasis on the period between the 1950s and 1970s when two new educational proposals were implemented in the city: the Praianas Schools, implemented by the Amaral Peixoto government, and the 20 de Julho School implemented by Alcalis in the early 1960s. This period coincides with the increase in productivity of salt mines, the “salt boom” and with the moment of greater organization on the part of workers in the salt production chain who fought for their rights, including access to formal education. The experience lived by those workers, analyzed in

* Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro (SME-RJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. joaochristovao1@gmail.com <<https://orcid.org/0009-0000-7158-9607>>

res, analisada em perspectiva com o aumento do número de vagas nas escolas e com os novos projetos educacionais propostos, traz uma série de elementos que contribuem para pensar caminhos para o ensino da História Regional hoje.

Palavras-chave: História Regional; Ensino de História; Trabalhadores do sal.

perspective with the increase in the number of places in schools and with the new educational projects proposed, brings a series of elements that contribute to thinking about ways to teach Regional History today.

Keywords: Regional History; History Teaching; Salt Workers.

Localizada na região da Baixada Litorânea Fluminense, Cabo Frio teve, durante a maior parte da sua existência, uma expressão econômica bastante tímida e limitada. Diferentes autores em diferentes períodos mostram que desde o século XIX até a década de 1950 a cidade era identificada como uma região muito pobre e com poucas alternativas e oportunidades para os seus moradores. Até o estabelecimento da indústria salineira, que viria a se tornar a principal atividade econômica e símbolo da região, as principais atividades eram, além da extração de madeira, que ocorria em todo o litoral brasileiro, a produção de gêneros agrícolas e pescados que, em sua maioria, eram salgados e vendidos para a capital do estado e para a capital federal. A organização formal da indústria salineira só viria a ocorrer a partir de 1824, quando Luiz Lindenberg deu início à construção da primeira salina oficialmente autorizada a funcionar no Brasil (GIFFONI, 2000). Antes disso, o que vigorava era o Contrato do Sal (ELLIS, 1955), estabelecido pela Coroa portuguesa entre 1631 e 1801 e que proibia a produção comercial de sal no território brasileiro.

A partir da segunda metade do século XIX, a produção de sal passou a se destacar como atividade econômica relevante em Cabo Frio e ao final daquele século já respondia por cerca de 20% dos impostos arrecadados na cidade (CHRISTOVÃO, 2011). Contudo, esses recursos não chegavam a modificar os aspectos urbanos da cidade nem tampouco representavam melhores oportunidades de trabalho para seus habitantes (CHRISTOVÃO, 2020). A limitação de recursos na cidade ao longo de todo o século XIX até a primeira metade do século XX contribuíram para que Cabo Frio se mantivesse com aspectos de uma pequena vila de pescadores e salineiros durante todo esse período. Os censos demográficos a partir de 1890 sugerem que, além de ser uma cidade de

dimensões modestas, as limitações referentes a atividade econômica se expressavam na estagnação e até na redução do número de habitantes ao longo do período. A variação demográfica (Tabela 1) com sucessivos aumentos e diminuições no número total de habitantes permite inferir que há uma carência nas possibilidades de ocupação profissional e de recursos que permitisse a permanência e o crescimento progressivo da população cabofriense.

Tabela 1 – Dados Censitários da cidade de Cabo Frio (CHRISTOVÃO, 2011; 139)¹

Data	População
31/12/1890	10.382 habitantes
31/12/1900	8.791 habitantes
1º/09/1920	16.475 habitantes
1º/09/1940	14.948 habitantes
1º/07/1950	16.176 habitantes
1960	27.441 habitantes
1970	44.379 habitantes

Ao expor essas características da cidade no período aqui analisado, buscamos estabelecer uma relação entre o desenvolvimento econômico e populacional da cidade que contribua para perceber as possibilidades e limitações existentes para a população do município de Cabo Frio, sobretudo no que se refere ao acesso ao ensino formal que era, diga-se de passagem, um problema que atingia todo o país. Os dados sobre as características socioeconômicas daquela localidade são elementos que não podem ser desprezados posto que são fundamentais para que possamos compreender as dinâmicas sociais ali presentes, municiando diretamente aqueles que buscam trabalhar com o ensino da História Regional hoje numa perspectiva da História Social do Trabalho. As limitações enfrentadas pela cidade até a segunda década do século XX começariam a mudar, ainda que de forma insuficiente, a partir da década de 1920, com importantes novidades no campo educacional.

Destarte, acerca de todas as limitações e dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores com relação ao acesso ao ensino formal, é necessário considerar as estratégias construídas e a experiência de vida desses mesmos trabalhadores na construção de caminhos que suprissem de alguma forma as suas deman-

das. Roberta Pimenta Bessa (2009) demonstra a relação de solidariedade existente entre trabalhadores sindicalizados e os “reservas” do porto de Cabo Frio, onde estabeleciam um rodízio estruturado por eles próprios para que ninguém ficasse sem trabalho e, conseqüentemente, sem renda.

É importante perceber que onde não havia condições de acesso ao ensino formal havia estratégias criadas pelos próprios trabalhadores que deram mostras, em diversas oportunidades, de serem capazes de fazer uma análise da conjuntura na qual estavam inseridos, se organizar e criar as estratégias necessárias para superar as condições materiais desfavoráveis a que estavam sujeitos. Buscamos, assim, partir de uma apresentação empírica sobre as transformações que a cidade estava vivendo, sobretudo com relação ao ensino formal, para pensar as estratégias e as experiências daqueles trabalhadores e o quanto isso pode e deve ser utilizado como estratégia para o ensino da História Regional.

A DÉCADA DE 1920 E AS NOVAS ESCOLAS NA CIDADE

Ainda que na primeira metade do século XX, como dissemos acima, Cabo Frio fosse uma localidade pequena e com poucos recursos, a cidade viu, na década de 1920, a criação de 3 importantes e diferentes escolas que passaram a contribuir para aumentar a oferta de educação formal para a população local.

Em 1921 foi fundado o colégio franciscano Sagrado Coração de Jesus, uma escola confessional católica situada na região central da cidade que passaria a ser dirigida pelas irmãs franciscanas do Sagrado Coração. Em 1923 foi a vez do Grupo Escolar Francisco Sá, inaugurado em 25 de novembro daquele ano, em meio a uma série de disputas políticas com fortes ecos no interior do Estado do Rio de Janeiro. Em 1918 Raul Veiga havia sido eleito para a presidência do Estado tendo como segundo vice-presidente o vereador e “chefe” político cabofriense, Mário de Azevedo Quintanilha. Segundo consta, Veiga havia assumido um Estado com as finanças saneadas e, durante o seu governo, fez uma série de mudanças nas esferas jurídica e administrativa, incluindo a reforma da Constituição do Estado, pela Lei n. 1670 de 15 de novembro de 1920 que, entre outras modificações, manteve apenas um cargo de vice-presidente do estado, extinguindo os outros dois. Ao final do seu mandato, Raul Veiga perdeu a disputa interna no PRF (Partido Republicano Fluminense)

para os partidários de Nilo Peçanha e viu Raul Fernandes assumir a presidência do Estado em 31 de dezembro de 1922. A instabilidade política no Estado faria com que a situação mudasse rapidamente e, em 11 de janeiro de 1923, Fernandes seria deposto por força do decreto presidencial de Arthur Bernardes, tendo assumido em seu lugar, como interventor, Aurelino Leal, que governou o Estado até 23 de dezembro daquele ano. Foi, pois, Aurelino Leal, quem liderou a comitiva de 80 pessoas que foi a Cabo Frio inaugurar o Grupo Escolar e a Cadeia local e que foram largamente festejadas pela edição de 2 de dezembro do jornal local *O Industrial*.

[...] Depois obtive a palavra o Sr. Dr. Joaquim Moreira que elogiou o Sr. Interventor e exaltou a sua ação em benefício do povo fluminense. Fez também um brinde o sr. coronel Gouvêa que agradeceu aos ilustres visitantes a honra que nos deram. Por fim o sr. Aurelino Leal agradeceu e levantou o brinde de honra ao sr. Presidente da República e assim se pôs termo às grandiosas festas da inauguração. (apud MASSA, 1980, p. 146)

A matéria efusiva que comemorava a vinda da comitiva e a importância inequívoca da inauguração dos novos prédios públicos destoava bastante da edição que havia circulado na cidade há apenas 2 meses e onde se lia: “Cabo Frio é, hoje em dia, um verdadeiro cemitério, uma cidade morta, onde a população faminta vaguêa sem ter em que empregar o tempo, olhando apavorada para o futuro que se lhe afigura tenebroso, luctuoso e triste” (*O Industrial*, 23/09/1923).

Apesar da importância da inauguração das duas escolas, uma profissional e privada e outra pública, a oferta de vagas se restringia à região central da cidade sendo, ainda assim, insuficiente para aquela área. Em depoimento à pesquisadora Meri Damaceno, Dona Diamantina, que era menina na década de 1920 e moradora da região central da cidade, afirmou: “Eu não estudei porque aqui não tinha colégio” (DAMACENO, 2015, p. 57).

A terceira escola inaugurada na década de 1920 foi construída pela principal indústria salineira da cidade, a Companhia Salinas Perynas. Inaugurada em 1928, a escola de Perynas era parte de um sistema de benefícios que apresentava de um lado os donos da empresa como benfeitores e de outro os trabalhadores como receptores de benefícios que extrapolavam a dimensão material e acabava por criar uma relação de fidelidade quase “paternalista”, no

que pese as implicações que esse termo carrega, entre trabalhadores e proprietários da empresa.

Segundo Thompson “[...] as descrições da ordem social [...] vistas de cima, são muito mais comuns do que as tentativas de reconstruir a visão a partir de baixo. E sempre que se introduz a noção de ‘paternalismo’, é o primeiro modelo que ela invoca.” (THOMPSON, 1998, p. 30). E continua afirmando que, ainda que o termo não deva ser de todo abandonado, o “[...] paternalismo é um termo descritivo frouxo [e] tende a apresentar um modelo da ordem social visto de cima” (THOMPSON, 1998, p. 32) propiciando uma confusão entre o real e o ideal.

Em novembro de 1953, a *Revista Brasil Salineiro* publicou a matéria “Perynas: atestado de progresso do Parque salineiro Fluminense”, onde destacava os benefícios usufruídos pelos trabalhadores da empresa, ao mesmo tempo em que exaltava a ação de seu proprietário como sendo o grande benemérito que os concedia graciosamente. Segundo a revista, a empresa, além de oferecer residência para parte dos trabalhadores fixos (técnicos e administrativos), ainda proporcionava atendimento médico em posto de saúde próprio, assistência social, assistência religiosa (facultativa) prestada na capela de Santa Rosa de Lima, Centro Esportivo, Cooperativa de Trabalhadores – onde era possível comprar alimentos e demais gêneros que necessitassem para pagar apenas ao receber o salário. Além desses benefícios elencados pela matéria, ainda havia a escola que levava o nome de Miguel Couto e que, à época em que a matéria foi publicada, 25 anos após a criação da mesma, contava com

dois turnos, mais de 80 alunos e duas professoras, em edifício construído pela Salina, dispondo de duas grandes salas de aula, varanda, sanitários especiais e todos os requisitos de higiene. A escola é assistida por médico permanente, estando todos os alunos em ótimas condições de saúde, vacinados contra a tuberculose (BCG) e outras doenças. Recebem os alunos gratuitamente merenda e todo o material escolar, inclusive uniforme. A secretaria de Educação do Estado do Rio dá ao estabelecimento a sua orientação técnica. (BRASIL SALINEIRO, 1953, p. 42)

As 80 crianças que a Escola de Perynas atendia em 1953 é, com certeza, um número muito maior do que a quantidade que era atendia quando ela foi criada 25 anos antes, em 1928, quando a estrutura da empresa, o número de

funcionários e as dimensões da escola eram muito menores. Independente disso, o que buscamos colocar em discussão aqui não é se o atendimento a 80 crianças tinha um impacto significativo numa cidade cujo número de habitantes era, em 1950, de pouco mais de 16.000 pessoas. A relevância da Escola de Perynas está, sobretudo, no significado que ela possuía para aqueles trabalhadores, sendo que isso precisa ser entendido a partir dos interesses políticos e econômicos de seus proprietários e da relação de poder que era estabelecida entre os donos da empresa e seus trabalhadores. É em função disso que reputamos necessário algumas informações a respeito da empresa que ajudem a compreender o contexto em que a escola estava inserida.

Pouco depois de comprar a empresa de seu sogro em 1923, Miguel Couto tratou de organizá-la e imprimir nela uma administração mais dinâmica. Em 1928, mesmo ano em que a empresa foi transformada em uma Sociedade Anônima, Miguel Couto criou a escola que levava o seu nome e, no ano seguinte, passou a presidência a seu filho, Miguel Couto Filho, que entre os diversos cargos que exerceu nos poderes legislativo e executivo estava o de governador de Estado entre 1954 e 1958. Sob a presidência de Miguel Couto Filho, Perynas se tornaria, no início da década de 1950, a maior empresa da cidade e a principal produtora de sal do país. As forças políticas e econômicas no entorno de Miguel Couto Filho impactavam diretamente a população de Cabo Frio, seja pelas políticas públicas implantadas pelo político, seja pela relações de poder econômico no âmbito da fábrica pelo empresário. Dessa forma, o dinamismo econômico de Perynas ia sendo pavimentado pela trajetória política de seu proprietário e de seus representantes diretos. Esse capital político se expressava tanto pela influência que o proprietário exercia sobre os trabalhadores e sobre a população local, quanto pelos acordos feitos para a construção da imagem de uma empresa que se esforçava para construir a ideia de que produzia não apenas sal, mas também empregos e bem-estar social. Tão importante quanto a relação estabelecida com os funcionários da empresa eram as relações políticas que visavam a ocupação de cargos em diferentes instâncias de poder de forma a garantir políticas públicas favoráveis aos interesses de seus proprietários. Nicanor Pereira Couto – gerente de Perynas – primo e homem de confiança de Miguel Couto Filho, por exemplo, exerceu o cargo de vereador em Cabo Frio por dois mandatos, além do cargo de prefeito da

cidade no mesmo período (1954-58) em que Miguel Couto Filho fora eleito governador do Estado (ver CHRISTOVÃO, 2020).

O fato é que a criação da escola por parte da empresa era, inegavelmente, um enorme benefício, ainda que atingisse apenas uma parcela muito pequena da população, que eram alguns dos trabalhadores da própria empresa. De qualquer forma, ainda que alcançasse poucas pessoas, a escola de Perynas desempenhou um papel fundamental na educação formal dos filhos daqueles trabalhadores desde a sua criação porque, entre outras coisas, ao contrário das outras duas escolas criadas na década de 1920, a escola de Perynas era a única que não era localizada na área central da cidade. Dessa forma, aquele grupo de pessoas que dificilmente teria acesso a uma educação formal, passou a tê-lo.

A DÉCADA DE 1930 E A INTERVENTORIA DE AMARAL PEIXOTO

O debate sobre educação no país havia ganhado novo impulso na década de 1930 e buscava contribuir para superação da pouca oferta de vagas no ensino formal que, em última análise, afetava o projeto de urbanização e industrialização presentes já no primeiro governo Vargas. Em 1932 Anísio Teixeira e outros intelectuais da área da Educação lançaram o Manifesto da Escola Nova cujo ideário pregava a universalização da escola pública laica e gratuita. Para os signatários do Manifesto, ao contrário do sistema anterior, “o conhecimento, em lugar de ser transmitido pelo professor para memorização, emergia da relação concreta estabelecida entre os alunos e esses objetos ou fatos, devendo a escola responsabilizar-se por incorporar um amplo conjunto de materiais” (VIDAL, 2003, p. 509). Essa ideia vai no mesmo sentido apresentado por Schueler ao analisar o pensamento de E. P. Thompson:

Entre os elementos em desenvolvimento se destacavam o letramento, a instrução e a linguagem, muitas vezes adquiridos de forma autodidata. A educação e a cultura se desenvolvem também nas ruas, na imprensa, nos teatros e festas, na cultura oral, na aquisição de um saber utilitário e de uma política das ruas, tabernas e mercados. Textos das mais diversas naturezas eram lidos em voz alta para aqueles que não sabiam ler. E. P. Thompson afirma que esse saber cumpria um papel fundamental no desenvolvimento da consciência da classe operária daqueles anos

iniciais do século XIX, uma vez que permitia o acesso dos mais pobres aos domínios culturais privilegiados de grupos dominantes. (SCHUELER, 2014, p. 107)

Essas ideias expressam o cerne do pensamento de Thompson quanto ao fazer-se da classe operária inglesa. Para Thompson “a classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada” (THOMPSON, 2012, p. 18). Em Cabo Frio, conquanto a estrutura urbana estivesse se modificando rapidamente e a cidade tivesse ganhado 3 novas escolas na década anterior, não era fácil perceber mudanças significativas no sistema de ensino local. Contudo, ainda que com inúmeras dificuldades, os trabalhadores da cadeia produtiva do sal demonstravam uma acurada capacidade de análise de conjuntura e de organização e um sentido de solidariedade que perpassava horizontalmente a relação estabelecida entre aqueles homens e mulheres. Esse era, talvez, o principal elemento que contribuía para superar as adversidades existentes.

Em 1938 o escritor José Lins do Rego, que durante alguns anos morou em Cabo Frio, assim se referiu à cidade e seus trabalhadores

Lá, para o outro lado, mais para perto do mar, estão os estivadores esperando a hora do embarque para os navios pequenos. Aí Cabo Frio quer se parecer com docas, os homens já fazem exigências, o braço humano quer dizer que é mais alguma coisa do que vento e água que trabalham de graça. (*O Jornal*, 08/03/1938)

Quando o autor de *Água-Mãe*, o romance salineiro que se passa em Cabo Frio, escreveu as linhas acima, havia, então, 20 anos que os estivadores já tinham deixado claro, pela sua capacidade de organização, que eram alguma coisa a mais “que vento e água que trabalham de graça”. Assim como os estivadores, os arrumadores (1920) e os remadores lacustres (1926) também haviam organizado os seus sindicatos e lutavam pelos seus direitos. Juntos com os trabalhadores das salinas, eles eram os responsáveis pela riqueza gerada e por fazer funcionar a cadeia produtiva do sal. Em comum, além da vida simples de gente pobre, havia o fato de serem quase todos homens, quase todos negros e quase todos analfabetos. A falta de uma educação formal não era um obstáculo à capacidade de organização daqueles homens que, em torno de seus sindicatos, lutavam por seus direitos, inclusive, o direito à educação, senão para eles próprios, que fosse para seus filhos.

No final da década de 1930, Amaral Peixoto, como interventor do Estado,

passou a investir de forma significativa na educação para tentar, no Rio de Janeiro, superar os entraves do sistema educacional que eram uma realidade em todo o país. Regina da Luz Moreira, em “Tempos de Amaral”, traz descrições preciosas de como Amaral Peixoto via a si mesmo e os feitos realizados em seu governo ao longo de sua interventoria no Estado do Rio de Janeiro. Com a criação da Secretaria de Educação e Saúde Pública, em 1938, Amaral Peixoto buscava um novo arranjo para aquilo que ele próprio definiu como descaso com a educação, que havia encontrado ao assumir o cargo de interventor. Ainda que haja uma sobrevalorização de si próprio nos depoimentos prestados à Moreira, é inegável que o conjunto da obra deixa evidente a importância de Amaral Peixoto para a Educação no Estado do Rio de Janeiro desde o início de sua interventoria em 1937.

Segundo Moreira, a atuação da Secretaria de Educação e Saúde Pública teria se destacado entre 1938 e 1942 quando

este órgão foi o responsável pela construção de 42 escolas típicas rurais, cujos currículos, além do ensino elementar, incluíam noções de agricultura. Obteve o aumento do número de prédios escolares de 86 para 152, construiu 14 grupos escolares e sete escolas e iniciou a construção de outros 11 grupos. (MOREIRA, 2005, p. 42)

Ainda segundo a autora, 19 escolas públicas foram construídas pelos municípios do Estado, saltando de 828 para 875 o número de unidades escolares estaduais e de 509 para 566 o de municipais. Esse conjunto de transformações produzidas ao longo de seus governos faz com que haja, entre os autores que se ocuparam de analisar aspectos da vida política e pública de Amaral Peixoto – Moreira (2005), Costa (2008), Quaresma (2010 e 2014), Lessa (2021) – um consenso com relação à importância da sua atuação na área educacional, também, mas não somente, no que se refere a construção de prédios, condição necessária para a existência formal do processo educacional. Anísio Teixeira, quando à frente do INEP, em 1952, ao responder ao deputado Paulo Sarasate em depoimento à Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos deputados, declarou a esse respeito:

A política de construção de prédios é acertadíssima. [...]. A este respeito, desejava apenas acentuar a escassez de recursos do INEP para o vulto da obra a

realizar. O INEP tem, para construção de prédios escolares, no orçamento de 1952, Cr\$ 40 milhões no setor de escolas rurais, e Cr\$ 13 milhões, para escolas normais, enquanto que só o Estado do Rio dispõe de Cr\$84 milhões, no orçamento atual, para construções escolares. (TEIXEIRA, 1969)

Ainda assim, Cabo Frio continuava, ao final da década de 1930, a ser uma cidade com pouca expressão econômica e com muitas carências na área educacional. Ainda que houvesse aumentado o número de escolas na cidade, essas continuavam a ser insuficientes e a situação geral, segundo o próprio Amaral Peixoto, permanecia precária.

Durante o período de férias, as professoras vinham para Niterói e passavam três meses no Preventório de Jurujuba, num curso intensivo de educação física. As professoras que tiravam esse curso tinham uma gratificação; assim, elas se interessavam, fizemos pequenos campos de esportes anexos a muitos grupos escolares. O estado passou a dar auxílio aos clubes do interior em troca de cessão de suas instalações aos alunos dos grupos do estado. Quanto às colônias de férias, eu fazia o seguinte: no primeiro ano, fiz uma em Cabo Frio e outra em Friburgo. Meninos da Baixada eu levava para Friburgo, e os da serra eu trazia para o mar. A de Cabo Frio foi uma experiência muito arriscada, porque não havia nada em Cabo Frio. (MOREIRA, 2005, p. 44, grifo meu)

O senhor Aldir José de Sousa, nascido em 1929 e mais conhecido como Seu Didi do Sindicato, trabalhou em Perynas a partir de 1949. Seu Didi foi líder sindical e presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Araruama. Em 1960 ele foi um dos principais líderes da greve que parou toda a cadeia produtiva do sal em toda a região e, em 1962, foi eleito vereador em Cabo Frio pelo PSB com 204 votos “dos trabalhadores”. Indagado se havia tido acesso ao estudo formal, Seu Didi contou em entrevista que, graças a um artifício criado por sua tia, driblou a dificuldade de acesso à escola, e foi, quando criança, estudar em Perynas.

ENTREVISTADOR: Essa escola era pra quem?

ENTREVISTADO: Pros filhos dos operários que estudavam na própria escola... (pausa). Operários, é... A maioria daqueles que, que era abridor d'água, essas coisa, tinha sua casinha lá, morava lá com sua família, então os filhos estudava lá

[...] Estudei... Porque a minha tia, o marido dela era operário lá... E ela tinha os filho também, mas, na ocasião, da minha idade... Eu morava com minha avó, né... Mas porque meus pais morreram cedo, quem me criou foi meus avós... Então, eu fui pra casa dela pra estudar na escola de Peryna, como se fosse filho deles lá, entendeu... Estudei um bocado de... Não muito tempo, mas estudei um bom tempo lá na própria escola da Peryna. (CHRISTOVÃO, 2020)

Escapar do analfabetismo não era tarefa fácil. Seu Didi, apesar de sua origem humilde e das adversidades enfrentadas, teve acesso a uma educação formal graças à estratégia usada por sua família, que buscou o benefício que a condição de operário da Companhia Salinas Perynas possibilitava e que, possivelmente, era de conhecimento da empresa. É possível que o caminho percorrido por seu Didi quando criança possa ter sido o mesmo de outros meninos e meninas de origem semelhante. A trajetória de seu Didi demonstra que, mais do que a oportunidade de estudar a que teve acesso, há, por parte dele e de seus companheiros de trabalho e de sindicato, um enorme senso de solidariedade e capacidade de interpretar a realidade na qual estavam inseridos. O problema crônico do analfabetismo representado, entre outras formas, pela oferta limitada de vagas da educação formal era uma realidade nacional que fazia com que na década de 1950 ainda atingisse mais de 50% da população acima de 15 anos de idade.² Em Cabo Frio, no que pese todas as limitações encontradas, o número de homens e mulheres que sabiam ler e escrever vinha crescendo em ritmo acelerado, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Percentual de homens e mulheres que sabiam ler e escrever (MARINHO, 1963; p. 9)

	1940	1950
Homens	46,45%	51,26%
Mulheres	35,74%	42,94%

A experiência vivida pelos trabalhadores da cadeia produtiva do sal na lida do dia a dia era um potente motor no desenvolvimento de uma forte consciência de classe que movia homens e mulheres como o seu Didi do Sindicato na luta por melhores condições de vida e trabalho e também uma luta pelo direito de estudar. Até ser cassado pela ditadura que se instaurou após o golpe

civil-militar de 1964, seu Didi fez do cargo de vereador um espaço para ampliar a voz dos trabalhadores. Não só dos salineiros, mas de todos aqueles que compunham a cadeia produtiva do sal. Segundo seu Didi,

É... O que eu tenho de história é que eu trabalhei, trabalhei no sindicato, né, de sessenta até sessenta e quatro, e... Em sessenta e dois fui eleito vereador, pra sessenta e dois a sessenta e seis, mas em sessenta e quatro me cassaram, por que (pausa), eu fui sempre da extração do sal... O sindicato... Fui pro sindicato como presidente do sindicato da extração do sal, logo, aí eu tinha que defender os operários, né... [...] Se eu defendo o lado contrário, sou contra o capitalismo, aí... Me taxaram de comunista e me cassaram... Tanto da (pausa), da vereança, como também do sindicato, né. (CHRISTOVÃO, 2020)

No dia 28 de abril de 1964 seu Didi fez parte do primeiro grupo de políticos, profissionais e líderes sindicais que foram cassados pela ditadura civil-militar em Cabo Frio (CHRISTOVÃO, 2020).

Em 1947, a nova Constituição do Estado do Rio de Janeiro criada no contexto de redemocratização no pós-Estado Novo, estabeleceu a obrigatoriedade do ensino primário e determinava que o Estado passasse a garantir o acesso à educação àqueles que comprovadamente não pudessem pagar por ela, numa tentativa de reverter o quadro caótico que atingia a Educação no Estado.

Ao retornar ao governo em 1950, dessa vez eleito, Amaral Peixoto deu início ao projeto das Escolas Praianas que emanavam uma inspiração escolanovista e tinham como objetivo

[...] oferecer ‘orientação pedagógica-marinheira-salineira e pesqueira’, como escreve o inspetor chefe José Luis Campos do Amaral Neto na abertura do livro de Termos de Visitas da Escola Praiana ‘Mário de Azevedo Quintanilha’ (Escola Praia do Siqueira). Além de ter como proposta, ‘orientar em função do meio, as escolas da praia’, as Escolas Praianas buscavam atender à necessidade da região litorânea e garantir a essa população o direito a “educação”. (QUARESMA, 2011)

Apesar do caráter inovador da proposta, as Escolas Praianas experimentavam os mesmos problemas vividos por outras escolas no Estado. Na primeira visita à Escola da Praia do Siqueira, a inspeção escolar registrou uma série

de problemas que só seriam de fato solucionados se houvesse um aporte expressivo de recursos, o que não havia.

Como em outras escolas praieiras, crianças perdem horas de estudos, por que demandam, no decorrer do horário escolar, à casa na esperança de encontrar alimento. Prontificou-se a L.B.A. local a fazer empréstimo de seu material culinário, bem como o Sr. Prefeito Municipal a ter interesse pela votação de uma verba de auxílio, visando instituição da sopa escolar. (QUARESMA, 2011)

A proposta das Escolas Praianas expressa o que se pretendia que fosse uma resposta para o problema da educação no estado do Rio de Janeiro, sobretudo nas regiões litorâneas. O ideário da Escola Nova era o diferencial entre a proposta das Escolas Praianas e o que se pretendeu com as Escolas Rurais durante a interventoria de Amaral Peixoto no Rio de Janeiro que, em 1938, “ampliou o número de prédios escolares, inclusive as chamadas escolas rurais” (LESSA, 2020). Segundo Prado, o ruralismo pedagógico podia ser caracterizado

como uma tendência de pensamento articulada por alguns intelectuais que, no período em questão, formularam ideias que já vinham sendo discutidas desde a década de vinte e que, resumidamente, consistiam na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas. (PRADO, 2013)

Mesmo com esses problemas persistindo, o governo de Amaral Peixoto foi o que mais havia investido em educação, até então, tanto no Estado como na cidade de Cabo Frio.

Das 10 escolas praianas criadas no governo Amaral Peixoto, oito estavam localizadas na Região dos Lagos, sendo duas em Cabo Frio. Infelizmente a experiência das Escolas Praianas (mesmo com todas as suas limitações) durou pouco e, em 1965, um ano após o golpe civil-militar que instaurou o regime ditatorial no Brasil, elas foram suspensas. Restaram apenas os prédios e a falta de recursos. (CHRISTOVÃO, 2020)

A partir de 1950 ocorreu uma série de mudanças na estrutura urbana da cidade. Em 1951 e 1955 foram inauguradas as duas primeiras usinas de refino de sal no país (Perynas e Ponta do Costa) e em 1958 a inauguração da Álcalis no distrito de Arraial do Cabo. Ao mesmo tempo, o turismo começava a ter

uma maior importância na economia local (CHRISTOVÃO, 2011). Essas mudanças intensificaram alterações na estrutura urbana da cidade, criando duas áreas bem distintas: uma de caráter turístico, mais central, e outra mais periférica. Essa segunda era o local que passava a ser ocupado pelas pessoas que vinham da área rural ou, em grande parte, de outros municípios atraídos pelas novas oportunidades que surgiam na cidade. Em julho de 1961, o jornal *Gazeta da Baixada* noticiava a conclusão e o funcionamento de uma nova escola no bairro periférico de São Cristóvão.

Segundo a *Gazeta*, essa nova escola contava com “cerca de 120 alunos em 3 turnos e quase que em sua totalidade crianças pobres que não tinham meios de frequentar o Grupo Escolar da cidade principalmente pela falta de locomoção” (*Gazeta da Baixada*, 1º/07/1961).

Em 28 de março de 1963, o mesmo jornal noticiava a doação de um terreno por parte da Salina Pereira Bastos para a construção de uma escola na distante localidade da restinga da Massambaba.

A direção da Salina Pereira Bastos que se tem colocado como pioneira nas campanhas sociais levadas a efeito no Município, mais uma vez vem reafirmar o espírito altruístico e filantrópico que rege o espírito de seus esclarecidos administradores, doando espontaneamente e de ‘moto próprio’ duas áreas de terreno de sua propriedade a Prefeitura Municipal a fim de ser construída uma escola na localidade de Massambaba. Este gesto repercutiu amplamente em toda cidade e muito especialmente na localidade citada, vez que lá residem dezenas de crianças que não tem a felicidade de contar com uma única escola apesar dos inúmeros pedidos dos pais às autoridades, pedidos esses porém sempre rejeitados. (*Gazeta da Baixada*, 23 de março de 1963)

É pouco provável que o gesto tenha tido tanta repercussão, como afirma o jornal, menos ainda na distante localidade da Massambaba onde havia pouca coisa, além das famílias que trabalhavam dia e noite nas salinas. Na verdade, não foi possível encontrar nenhuma outra menção à citada doação da empresa Pereira Bastos, além daquela que consta no jornal do qual a mesma empresa era anunciante. Aliás, o próprio jornal, menos de seis meses após essa matéria, noticiou a carência, inclusive de escolas, e a situação de abandono em que viviam as pessoas das localidades mais distantes do centro da cidade.

Lamentavelmente os poderes públicos tanto Estadual como Municipal, não tem dado a atenção devida ao abandono a que está entregue a população dos lugares distantes da cidade. Os que vivem no grande centro levam vida de nababos, enquanto os infelizes largados nos distritos levam vida de animais. Tudo falta aos habitantes dessas localidades, médicos, medicamentos, escola, são coisas desconhecidas dos considerados pela falsa sociedade como párias. (*Gazeta da Baixada*, 12/09/1963)

De concreto restou o fato que a tal escola nunca chegou a existir e, tanto as crianças da Massambaba, quanto as outras que viviam em áreas distantes do centro urbano do município, continuariam ainda por muitos anos, em sua grande maioria, sem acesso à educação formal na cidade de Cabo Frio. Em 1963, segundo o Departamento Estadual de Estatística do Estado, havia,

De acordo com dados atualizados, no município de Cabo Frio, mantidas pelo Estado 8 escolas isoladas, 2 praianas, 4 escolas reunidas e 2 grupos escolares sendo que um deles é praiano. [...]. Há ainda, uma escola supletiva, 5 subvencionadas e 5 de ensino fundamental comum, mantidas pela municipalidade. Duas escolas, a de Monte Alto e Figueira [localizadas na restinga da Massambaba], não estão funcionando por falta de prédio e a de Araçá, por ser de difícil acesso. (MARINHO, 1963)

Nem as iniciativas de Amaral Peixoto nem as dos demais governos que o sucederam foram suficientes para suprir as carências na área educacional da cidade de Cabo Frio.

Em 1958, ao final de seu mandato como governador do Estado, Miguel Couto Filho inaugurou um ginásio na cidade que recebeu o nome do seu pai. O Grupo Escolar Miguel Couto passou a ser reconhecido como uma instituição de qualidade na cidade, mas tinha a sua ação restrita àqueles que moravam na região central, em grande parte os filhos da elite política e econômica local. Apesar das suas dimensões e de ser reconhecido como uma escola de excelência na região, o novo ginásio não era suficiente para sanar os muitos problemas educacionais do município, sobretudo não atendia a parcela mais humilde e necessitada da população, que morava longe do centro e continuava sem acesso à escola.

A ESCOLA 20 DE JULHO

A chegada da Companhia Nacional de Álcalis ao distrito de Arraial do Cabo, em 1958, trouxe consigo mudanças de todas as ordens que impactaram toda a cidade, mas, em especial, o pequeno distrito de Arraial. Uma dessas mudanças foi a criação da Escola 20 de Julho.

A primeira escola criada pela empresa foi em 1961 e chamava-se Escola 13 de Maio. A partir de 20 de Julho de 1964, já sob o governo ditatorial de Castelo Branco, fruto do golpe civil-militar ocorrido 4 meses antes, a escola recebeu o nome de 20 de Julho em homenagem à data do decreto que criou a empresa em 1943. Por ocasião da mudança de nome, foi feita também a inauguração das novas instalações da escola, cujas verbas e recursos disponíveis faziam dela um oásis em meio a uma cidade que sofria com os poucos recursos para a educação.

Nesse sentido, a escola 20 de Julho não trazia nenhuma proposta inovadora no cenário educacional da cidade, ela se destacava pelo fato de estar ligada a uma empresa estatal e não sofrer com os problemas oriundos da falta de recursos que as demais escolas sofriam.

[...] a partir de 1964, ano de [re]inauguração da Escola 20 de Julho, na Vila Operaria, não havia falta de recursos materiais, nem falta de espaço para a ‘vanguarda’, com professores selecionados por rigorosos concursos, que procuravam ministrar um ensino de qualidade e à frente de seu tempo, diferenciando-se dos padrões da região do entorno, com a preocupação em ‘atender’ às necessidades dos trabalhadores, deixando-os mais ‘satisfeitos’ e assim produtivos. (MATTOS, 2013)

Já o restante do pequeno e pobre distrito de Arraial do Cabo vivia uma realidade bem diferente daquela experimentada pela Escola 20 de Julho. Em sua obra *Candango no Arraial do Cabo*, romance histórico onde aborda o impacto da chegada da Álcalis no pequeno distrito de Arraial, Accioly Lopes nos mostra que

Não há escolas no Arraial do Cabo. Como se ainda não fosse para sua infância, tempo de aprender a ler. Os seus garotos muito cedo, de caniço e linha à mão, dedicam-se à pesca, repetindo, desse jeito, os mesmos gestos de seus

antepassados que, em noites mal dormidas, buscaram nos longes agitados do mar o sustento precário de suas famílias, que multiplicadas através dos anos, hoje, eles – os garotos – tostados de sol, louros e sardentos, representam, tanto nos seus afazeres, quanto em analfabetismo, lassidão e sectarismo. (LOPES, 1963)

Enquanto as demais escolas da cidade lutavam incansavelmente por verbas, a Escola 20 de Julho desconhecia completamente esse problema. A situação dessa escola só viria a mudar (para pior) a partir do momento em que saiu das mãos da administração da empresa e passou para a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, tornando-se Escola Estadual “20 de Julho” (11/03/1976), mais tarde transformada em Colégio Estadual “20 de Julho” (29/12/1982).

A luta dos trabalhadores da cadeia produtiva do sal pelos seus direitos, incluindo o direito de seus filhos estudarem, foi percebida pela sensibilidade de um dos maiores nomes da música popular brasileira, que traduziu em poesia a dureza da situação que viviam. Em 1966, Elis Regina gravaria os versos da Canção do Sal de Milton Nascimento tornando-os eternos e dando visibilidade à luta dos trabalhadores.

Filho vir da escola
 Problema maior, estudar
 Que é pra não ter meu trabalho
 E vida de gente levar

(Milton Nascimento, Canção do Sal, 1966)

Em 1969, em meio às tentativas para se rearticular após a destruição e fechamento de sua sede por ocasião do golpe de 1964, o Sindicato dos Trabalhadores na Extração de Sal registrou em sua Ata de n. 51 de 28 de julho de 1969.

Ata da reunião da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Cabo Frio, São Pedro d’Aldeia e Araruama. Aos (28) vinte e oito dias do mês de julho de 1969, (...) com a palavra o sr. Adelino Dos Santos que levou ao conhecimento da casa se os associados beneficiados pelo programa especial de Bolsa de Estudo do PEBE no caso de já ter pago toda sua taxa antes do recebimento, qual a condições dessa importância. Com a palavra o presidente

esclareceu que a importância é realmente para pagar todas as despesas caso do recebimento já tenha as taxas todas paga, a importância e compensação a ele mesmo, nada havendo mais a tratar encerrou-se os trabalhos dos quais para constar, eu Adelino dos Santos lavrei a presente ata que vai assinada por todos. Cabo Frio, 28 de julho de 1962. (CHRISTOVÃO, 2020)

O PEBE havia sido instituído pelo governo Castelo Branco e estava vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, sendo destinado aos trabalhadores sindicalizados e seus dependentes. Ainda que o PEBE, em certa medida, reforçasse laços clientelistas, o que nos interessa aqui é a preocupação presente entre os trabalhadores com relação a garantir a seus filhos e filhas o acesso à escola.

Por fim, também no ano de 1969, Ofir Pinheiro descreveu em versos a difícil situação vivida pelos trabalhadores das salinas na sua lida diária.

Venham ver, enquanto ainda vivem, os homens que arrastam a negra miséria por sobre a opulência do sal dos caminhos.

Venham ver, senhores, os meninos que nunca aprenderam a vestir e que crescem expondo em sua cândida nudez a nossa própria vergonha.

[...]

Venham ver um menino mal crescido puxar o sal do quadro da salina insalubre, por um prato de feijão e farinha.

Venham ver, senhores, acudam. Depressa. Eles são o sal da terra. (*O Fluminense*, 19/02/1968)

CONCLUSÃO

O objetivo principal deste texto era elencar, a partir da pesquisa histórica com amplo levantamento de dados empíricos, aspectos considerados relevantes que possam vir a ser utilizados nas aulas de História Regional, dentro de uma perspectiva da História Social do Trabalho.

A especificidade do objeto em questão – a cidade de Cabo Frio e seus trabalhadores – foi o “pano de fundo” escolhido por ser um tema que hoje apresenta uma quantidade considerável de pesquisas em diferentes áreas que podem servir de apoio à construção do saber histórico nas salas de aula do ensino básico. Buscamos aqui contribuir com o debate sobre a importância da

abordagem da História Regional estar amparada em pesquisas consistentes que auxiliem os professores do ensino básico na preparação de suas aulas.

Quando trabalhamos em grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo, há uma abundância de pesquisas e materiais aos quais podemos recorrer para preparar nossas aulas. Infelizmente o mesmo não ocorre quando se trata de localidades mais distantes dos grandes centros urbanos, que possuem pouca ou nenhuma pesquisa a respeito. Evidentemente não há como produzir pesquisas sobre todas as localidades a menos que pesquisadores se interessem e realizem o trabalho que poderia vir a auxiliar a nós professores do ensino básico na preparação de nossas aulas. Contudo, as pesquisas de menor fôlego, mesmo que incipientes, são extremamente importantes. Quando um professor sobrecarregado com as aulas busca produzir um conhecimento específico, mesmo que a partir de uma pesquisa pequena que não está inserida em um programa de pós-graduação, esse professor está fazendo História e fazendo toda a diferença dentro de sua sala de aula.

As pesquisas, grandes ou pequenas, são apenas o primeiro passo, o fundamental é continuar diminuindo cada vez mais a distância entre a produção acadêmica e o saber escolar produzido pelos professores do ensino básico que estão, efetivamente, no “Chão da Escola” e que lidam diretamente com os desafios que se apresentam cotidianamente. Não há dicotomia entre esses trabalhos, eles são, antes de tudo, complementares, como já bem demonstrou o professor Ilmar Rohloff de Mattos no seu já clássico texto, “Mas não somente assim (...)”. É necessário que esses conhecimentos caminhem juntos para que seja possível a construção de uma escola mais forte e democrática, que respeite a diversidade que não pode mais ser ignorada na nossa sociedade.

A questão racial, marca indelével dos trabalhadores da cadeia produtiva do sal aqui apresentados, traz necessariamente a discussão sobre a Lei n. 10.639/2003. Para nós, professores do ensino básico, a discussão sobre a história e a cultura afro-brasileira fica, muitas das vezes, restrita a um evento produzido no mês de novembro, reduzindo dessa forma as possibilidades de trabalhos que despertem nos nossos alunos a sensação de pertencimento ao ver (e se ver) em seus antepassados o protagonismo assumido em lutas importantes para as transformações ocorridas na sociedade da qual eles fazem parte.

Da mesma forma, os 60 anos do golpe civil-militar de 1964 rememorados agora abrem uma série de oportunidades para os alunos das inúmeras escolas

espalhadas pelo país de se discutir do ponto de vista da História Regional as consequências do golpe para o local onde vivem, ao invés de se discutir apenas os grandes acontecimentos a nível nacional que são noticiados nos veículos de comunicação. Do ponto de vista da História Social do Trabalho, é fundamental trazer os trabalhadores para o centro da cena posto que foram um dos grupos que mais sofreram com o golpe de 64. Segundo Paulo Fontes, o golpe foi contra os trabalhadores.

Uma política econômica antitrabalhista proibiu greves, comprimiu salários, acabou com a estabilidade no emprego, facilitando demissões e a rotatividade da mão de obra. Seu impacto foi tão grande que o ditador Castello Branco viu-se obrigado a reiteradamente repetir, em vão, que “a Revolução não era contra os trabalhadores”. O deliberado enfraquecimento dos sindicatos facilitou em muito a superexploração do trabalho, uma das marcas do regime, que faria do país o campeão mundial em acidentes e mortes no trabalho no início dos anos 1970. (FONTES, 2021)

Classe, gênero e raça andam juntos e é preciso construir as condições para que os caminhos sejam cada vez mais fáceis de serem trilhados. Segundo Thompson,

[...] a história não pode ser comparada a um túnel por onde um trem expresso corre até levar sua carga de passageiros em direção a planícies ensolaradas. Ou então, caso o seja, gerações após gerações de passageiros nascem, vivem na escuridão e, enquanto o trem ainda está no interior do túnel, aí também morrem. Um historiador deve estar decididamente interessado, muito além do permitido pelos telelogistas, na qualidade de vida, nos sofrimentos e satisfações daqueles que vivem, e morrem em tempo não redimido. (THOMPSON, 2001, p. 21)

Resta dizer, por fim, que há, evidentemente, uma enorme distância entre as muitas propostas e iniciativas feitas para a educação, nos diferentes níveis de governo, e o acesso efetivo dos filhos da classe trabalhadora à educação formal, em Cabo Frio, ao longo do período aqui analisado. A institucionalização do direito universal à escola só viria com a promulgação da Constituição Federal de 1988 após o fim da ditadura civil-militar que teve início em 1964. O texto constitucional estabeleceu um novo patamar e estabeleceu direitos que his-

toricamente foram negados à classe trabalhadora. Ainda que os recursos necessários para uma educação plena ainda sejam insuficientes há uma diferença significativa entre a situação atual e o que existia até a década de 1970. A organização dos profissionais da educação que se somaram aos demais cidadãos na luta por uma escola pública, laica, gratuita e de qualidade desempenhou e desempenha um papel crucial nessa caminhada.

REFERÊNCIAS

- BESSA, Roberta Pimenta. *O porto de Cabo Frio: Uma Análise Sobre a História do Território – Cabo Frio: FERLAGOS / ISE, 2009. Trabalho de conclusão do curso de Geografia.*
- CHRISTOVÃO, João Henrique de Oliveira. *Do sal ao sol: a construção social da imagem do turismo em Cabo Frio.* 2011. 145f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.
- CHRISTOVÃO, João Henrique de Oliveira. *Trabalhadores do sal: organização sindical e lutas sociais nas salinas cabo-frienses - 1940/1974.* 2020. 343f. Tese (Doutorado em História). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro: 2020.
- COSTA, Rafael Navarro. *Tecendo as redes da política: articulações e projetos na construção do amaralismo.* Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Orientador: Luís Reznik.
- DAMACENO, Meri. *Guardas da memória*, vol. II, 1ª edição, 2015.
- ELLIS, Myriam. *O monopólio do sal no Estado do Brasil (1631-1801).* São Paulo, Seção gráfica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1955.
- FONTES, Paulo. O golpe contra os trabalhadores. *Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho.* Disponível em: <https://lehmt.org/o-golpe-contra-os-trabalhadores-paulo-fontes/>. Acesso em: 29/04/2024.
- GIFFONI, José Marcelo. *Sal – um outro tempero ao império (1801-1850).* Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000.
- LAGE, Ana Cristina Pereira. Pedagogia escolanovista (verbete). *Navegando na História da Educação Brasileira.* Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_pedagogia_escolanovista.htm#_ftn1. Acesso em: 29/04/2024.

- LESSA, José Luís Honorato. Quando o Homem organiza a ação: Ernani do Amaral Peixoto e o Estado do Rio de Janeiro (1937-1945 / 1951-1955). *XIX Encontro de História da Anpuh-Rio – História do Futuro: Ensino, Pesquisa e Divulgação Científica*. 21 a 25 de setembro de 2020.
- LESSA, José Luís Honorato. *O comandante em marcha: Amaral Peixoto e a indústria fluminense* – 2021. 378 f. Tese (doutorado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Orientador: Américo Oscar Guichard Freire.
- LOPES, Accioly. *Candango no Arraial do Cabo*. Rio de Janeiro: Editora Leitura S/A, 1963.
- MARINHO, Jair. *Cabo Frio* (datilografado). Departamento Estadual de Estatística, 1963.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Mas não somente assim!” Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. *Tempo*, UFF, Niterói (RJ), v. 11, n. 21, p. 15-26, jun. 2006.
- MATTOS, Márcia Simões. *Educação em foco: A Escola 20 de Julho nas páginas do Alcalis Jornal (1969 a 1974) – Memórias da Educação em Arraial do Cabo (RJ) – Dissertação de Mestrado em Educação, UCP – Universidade Católica de Petrópolis, 2012.*
- MATTOS, Márcia Simões. *Educação em foco: A Escola 20 de Julho nas páginas do Alcalis Jornal (1969 a 1974). VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013.*
- MOREIRA, Regina da Luz. *Tempos de Amaral*. Niterói: Imprensa Oficial, 2005.
- PINHEIRO, Ofir. Socorro, há dor nas salinas. In: PACHECO, Jacy. *Paisagens Fluminenses*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1969.
- PRADO, Adonia Antunes. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 3, n.1, 2013.
- QUARESMA, Márcia da Silva. *As escolas praianas no Estado do Rio de Janeiro: o ideal republicano dos anos 50*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2010.
- QUARESMA, Márcia da Silva. *O comandante Amaral Peixoto e a política educacional fluminense: dos anos 1930 aos anos 1950 – 2014*. 249 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Orientadora: Lia Cio-mar de Macedo Faria.
- REVISTA Brasil Salineiro, ano 1, número 2, novembro 1953.
- SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Educação, experiência e emancipação: contribuições de E. P. Thompson para a História da Educação. Ano 12, n. 18 –

2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8594/6157>. Acesso em: 08/05/2024.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. Disponível em: http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/fran/livro4/chama_cap7.html. Acesso em: 29/04/2024.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional* – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa, 2: a maldição de Adão*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta, FIGUEIREDO, Luciano e GREIVAS, Cynthia (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 3ª. Ed., 2003.

NOTAS

¹ Os dados foram coletados em diferentes livros da biblioteca do IBGE, conforme informado pelo autor. Não há dados censitários com relação às décadas de 1910 e 1930.

² Mapa do analfabetismo no Brasil, INEP 2003. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/mapa_do_analfabetismo_do_brasil.pdf. Acesso em: 29/04/2024.



Artigo submetido em 31 de agosto de 2023.
Aprovado em 16 de janeiro de 2024.